

## FÓRUM NACIONAL DE SEGUROS 2023

### O RENOVARO PAPEL DOS SEGUROS NO AUMENTO DA PROTEÇÃO DAS FAMÍLIAS E EMPRESAS PORTUGUESAS

---

Intervenção da Senhora Presidente da ASF, Dra. Margarida Corrêa de Aguiar

**Lisboa, 4 de julho de 2023**

Centro de Congressos da Alfândega do Porto

▪ Muito bom dia a todos.

Cumprimento todos os conferencistas e participantes.

Agradeço ao EcoSeguros o convite para fazer a abertura da segunda edição do Fórum Nacional de Seguros, um evento que já se afirma como um importante ponto de encontro anual do setor segurador.

E felicito o EcoSeguros por promover este encontro que mobiliza todos aqueles que trabalham no ecossistema dos seguros e fazem dele um elo fundamental das cadeias de valor económico e social que apoiam as empresas e as famílias e de o realizar nesta bela cidade que é o Porto.

É com muito gosto que me associo a esta iniciativa.

O tema escolhido para esta edição do Fórum Nacional de Seguros – *O renovado papel dos seguros no aumento da proteção das famílias e empresas portuguesas* – não podia ser mais pertinente.

- É amplamente reconhecido o papel fundamental que a atividade seguradora assume na vida contemporânea, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento económico e social.

É hoje mais evidente que o setor segurador está bem posicionado para responder a desafios que, não sendo novos, carecem de respostas efetivas.

A sociedade em geral, os agentes económicos e os decisores políticos esperam do setor segurador um papel crescente na garantia da proteção e compensação de perdas resultantes de riscos, cada vez mais diversificados e severos.

Através da contratação de seguros, tanto as pessoas individuais, como as pessoas coletivas, podem transferir uma multiplicidade de riscos para as empresas de seguros, as quais atuam como agentes especializados na sua gestão e mitigação.

O setor segurador garante, assim, aos diversos agentes económicos mecanismos de proteção do património, de reparação ou compensação de perdas decorrentes das aleatoriedades incidentes sobre a vida humana e empresarial, atuando também na vertente da captação e gestão de poupanças a médio e longo prazo.

Ainda assim, a importância da atividade seguradora na sociedade não se esgota na ampla gama de produtos que disponibiliza.

O setor segurador tem um papel relevante no incentivo de boas práticas e bons comportamentos e na promoção da literacia financeira, contribuindo para uma sociedade mais consciente e responsável.

O setor segurador atua, também, como investidor institucional de referência, gerindo um volume muito significativo de ativos financeiros – entre títulos de dívida pública e privada, participações no capital de empresas e investimentos imobiliários.

Considerando apenas as empresas sob a supervisão prudencial da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a carteira de investimentos supera atualmente os 50 mil milhões de euros, correspondente a cerca de 20% do PIB nacional.

Adicionalmente, a produção de contratos de seguros comercializados em território nacional apoia o financiamento de serviços públicos de reconhecida utilidade socioeconómica, como é o caso da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) e do Fundo de Garantia Automóvel (FGA), apoio este muitas vezes desconhecido.

- Existe, indubitavelmente, uma elevada correlação entre os produtos comercializados pelas empresas de seguros e o nível de prosperidade e de bem-estar social de um país.

Neste capítulo – e ainda que o mercado segurador nacional seja considerado desenvolvido e maduro – merece atenção o facto de o índice de penetração dos produtos comercializados pelas empresas de seguros em Portugal se situar consistentemente abaixo da média mundial e da União Europeia, correspondendo, inclusivamente, a apenas metade do indicador atingido em alguns países da Europa do Norte.

Após a recessão económica verificada em 2020, na sequência da eclosão da pandemia de COVID-19, tem-se verificado a retoma do crescimento dos seguros em Portugal – mais estável nos ramos reais, mais volátil no ramo vida.

Esse crescimento fica-se, não obstante, muito aquém do seu potencial.

No caso dos seguros obrigatórios, a evolução da atividade económica do nosso País continuará a ser o fator crucial que impulsiona o potencial de crescimento da atividade seguradora.

À medida que a economia se fortalece, aumenta a base segurável.

Já relativamente a outros segmentos de negócio, a evolução das macrotendências apresenta-se como uma oportunidade para o crescimento da atividade seguradora acima do crescimento económico.

São disso exemplo os seguros de saúde e os seguros associados à poupança de longo-prazo, num contexto do envelhecimento da população que temos vindo a assistir nas últimas décadas em Portugal e que se manterá num horizonte longo.

Com o aumento da idade média da população, aumenta a procura por cuidados médicos e assistência médica especializada, fomentando a crescente procura por coberturas de saúde mais abrangentes e de qualidade, em complemento aos cuidados públicos prestados pelo Serviço Nacional de Saúde.

No que concerne aos produtos de poupança, espera-se um aumento da consciencialização da importância de uma conveniente preparação financeira para a reforma, em complemento à pensão pública da Segurança Social.

▪ Finalmente, relativamente à generalidade das demais coberturas, assiste-se, ainda, em Portugal, a um *gap* de proteção significativo, que tem sido particularmente evidente no caso dos seguros de danos patrimoniais no contexto de riscos expostos às alterações climáticas.

A capacidade de o setor segurador conseguir suprir este *gap* é fundamental, não só para a realização do seu potencial de crescimento, como para a reafirmação do seu renovado papel na proteção das famílias e empresas portuguesas, residindo, aqui, um dos seus grandes desafios atuais.

Com efeito, o setor segurador tem um papel atual, e no futuro, relevante no domínio das alterações climáticas e das catástrofes naturais.

As alterações climáticas constituem um desafio económico e social incontornável para as próximas décadas, repercutindo-se também sobre o setor financeiro.

Todavia, enquanto que parte das repercussões são transversais a vários segmentos do setor financeiro – como a consideração de aspetos de sustentabilidade na estratégia de negócio, na governação, na política de remuneração, na gestão de riscos, na seleção de investimentos ou na divulgação de informações de sustentabilidade aos investidores –

a temática da resiliência financeira face a catástrofes naturais e os respetivos *gaps* de proteção surgem mais especificamente ligados ao papel do setor segurador.

Aliás, as alterações climáticas surgem como um risco relevante para o potencial alargamento dos *gaps* pré-existentes entre as perdas económicas projetáveis como consequência de um evento de catástrofe natural e aquelas que se encontram sob proteção de cobertura seguradora.

A redução destes *gaps* deve constituir um objetivo importante a nível nacional, com vista a uma maior resiliência económica e coesão social, sob pena de se exacerbarem importantes vulnerabilidades face a choques repentinos, para os quais a preparação requer planeamento e tempo, inclusivamente para a acumulação de recursos financeiros destinados a uma resposta adequada e ordenada.

É justo realçar que a redução destes *gaps* não pode ser entendida como um esforço exclusivo do setor segurador, sendo também atribuível um papel fundamental aos agentes públicos e aos consumidores em geral.

Aos agentes públicos, seja no fomento da consciencialização e literacia financeira, seja na definição de políticas que promovam a prevenção e a identificação e mitigação de vulnerabilidades, na introdução de incentivos para um reforço material da penetração de cobertura seguradora ou na promoção de mecanismos de partilha de riscos.

Aos consumidores em geral, na adoção de comportamentos que incrementem a sua resiliência individual e coletiva.

Estas sinergias, envolvimento e compromisso transversais, são indispensáveis a uma melhoria substancial face ao panorama observável.

Em especial, reveste-se de elevada importância a combinação entre a proteção financeira face a estes riscos, com a tomada de ações que mitiguem a magnitude potencial das perdas.

Esta é uma vertente onde, para além de medidas estruturais de fundo de natureza pública – por exemplo, através da implementação de sistemas urbanos de drenagem, barreiras de proteção, imposição de elevados padrões de construção ou reabilitação, medidas de ordenamento do território, comunicação de alertas preventivos para a ocorrência de eventos de catástrofe natural – o setor segurador pode ter um papel de relevo, promovendo a adoção pelos tomadores de seguros de medidas à escala individual que reduzam o seu perfil de risco e cujo custo de adoção possa ser parcialmente compensado por benefícios nos custos da respetiva cobertura seguradora, consistentes com a referida redução do risco.

- A nível nacional, é inevitável destacar o desafio em aberto no que toca a uma maioria resiliência face ao risco de fenómenos sísmicos.

Este risco denota, para uma parcela material do território português, um perfil severo, suscetível de causar perdas e disrupção de larga escala e, inclusivamente, potencial de interferência com a estabilidade do sistema financeiro.

Por esse motivo, a ASF mantém o desafio prioritário da melhoria do conhecimento relativamente às exposições ao risco sísmico no território nacional, a promoção da disseminação da sua cobertura seguradora para níveis materialmente mais elevados e a averiguação dos moldes e atributos mais relevantes e eficazes para um sistema de cobertura de risco sísmico a nível nacional.

Recentemente, enquadrado nas iniciativas que a ASF prevê empreender neste domínio, designadamente os estudos com vista à apresentação de uma solução para que o País disponha de um fundo sísmico, foi promovida uma ampla recolha de informação ao setor segurador nacional sobre riscos físicos abrangidos pelos ramos de “Incêndio e elementos da natureza” e “Outros danos em coisas”, cujos resultados se espera que possam dar frutos no médio prazo.

- Quando se aborda o renovado papel dos seguros no atual contexto, é impossível não fazer referência ao tema da transformação digital.

Com efeito, os últimos anos foram marcados por uma forte aceleração da digitalização, tendo a pandemia da doença COVID-19 desempenhado aqui um papel importante.

Se, antes da pandemia, já vinham a ser observadas tendências de crescente utilização das tecnologias de informação e comunicação nas várias etapas da cadeia de valor, a repentina adaptação a modelos de teletrabalho impulsionou este fenómeno.

É certo que, por um lado, esta transformação digital acarretou ganhos de eficiência operacional para as empresas de seguros e permitiu disponibilizar, aos consumidores, uma oferta mais diversificada, acessível e adaptada às suas necessidades.

A aplicação da inovação tecnológica vai continuar a transformar a cadeia de valor das empresas de seguros, trazendo vantagens competitivas no desenvolvimento de produtos, na tarifação e subscrição, na utilização de perfis de consumidores, nos assistentes virtuais de riscos, na deteção da fraude, nos modelos de alocação de capital, nos processos de *back office* e *chatbots*.

Neste ecossistema tecnológico, os dados (*data*) passaram a constituir um dos ativos de maior valor nos modelos de negócio.

Por outro lado, tem-se vindo a observar um aumento dos riscos associados, em especial no que se refere aos riscos cibernéticos, decorrentes do aumento da superfície de ataque, de uma maior dependência de prestadores de serviços terceiros na cadeia de valor e ainda de alguma falta de preparação dos operadores para lidar com riscos desta natureza.

Onde estão os riscos está a atividade seguradora e, no contexto descrito, tem-se vindo a registar um crescimento da produção deste tipo de seguros a nível global, embora, no caso das empresas de seguros supervisionadas pela ASF a sua materialidade seja ainda muito reduzida (cerca de 0,01% dos prémios brutos adquiridos no final de março 2023).

A propósito, e ainda que este seja um mercado muito incipiente, a ASF tem vindo a acompanhar de perto a oferta de produtos neste âmbito, tendo inclusivamente

publicado, muito recentemente, um “Entendimento” sobre seguros com cláusulas de resgate em caso de ataques cibernéticos.

É expectável que, num futuro próximo, se continue a assistir ao crescimento da oferta e da contratação de seguros com cobertura de riscos cibernéticos.

Contudo, a velocidade de tal evolução poderá não ser suficiente para acompanhar a realidade.

Note-se que o *gap* de proteção na área dos seguros cibernéticos é global e não exclusivo da realidade portuguesa, devendo-se, sobretudo: em primeiro lugar, à existência de coberturas não afirmativas (ou seja, quando as coberturas não estão explicitadas ou claramente excluídas das apólices) e em segundo lugar, à dificuldade em estimar as perdas associadas a um incidente cibernético, à correlação entre as perdas e, finalmente, à dificuldade em efetuar a avaliação do risco, incluindo por inexistência de dados.

Ainda assim, num contexto de crescente regulamentação no que toca aos riscos associados às tecnologias de informação e comunicação, quer para o setor financeiro (como é o caso do Regulamento DORA), quer para os setores de importância crítica (conforme definição da Diretiva NIS 2, que aborda a cibersegurança no espaço da União Europeia), há a perceção – adequada – de que a adoção de medidas de cibersegurança é valorizada tanto pelo mercado em geral e pelos seus diferentes agentes, como pelas empresas de seguros na avaliação que fazem dos riscos a que estão expostas, estando criados os incentivos para a adoção de medidas de cibersegurança adequadas.

▪ Nesta minha intervenção sobre *o renovado papel dos seguros no aumento da proteção das famílias e empresas portuguesas*, não posso deixar de dirigir algumas palavras à atividade de distribuição de seguros, começando por dizer que é com especial satisfação que vejo que este evento reconhece a sua importância nevrálgica no ecossistema dos seguros.

Se é certo que o número total de mediadores diminuiu de forma significativa na última década, a verdade é que o volume de remunerações obtidas tem vindo a crescer de forma progressiva, refletindo o dinamismo da sua atividade.

Refira-se, ainda, que, nos últimos anos, se tem assistido a um aumento relativo gradual de agentes de mediação do sexo feminino, que representam, neste momento, mais de um terço deste mercado.

Este vetor da diversidade do género é de assinalar, assim como dois outros vetores: a crescente profissionalização e a especialização da atividade de distribuição,

Com efeito, constata-se que, nos últimos anos, se tem assistido à crescente profissionalização desta atividade, na qual, hoje, mais de metade dos seus agentes tem como atividade profissional principal a mediação de seguros.

E tem, também, sido notório o crescimento significativo do nível médio de habilitações dos mediadores de seguros singulares nos últimos 10 anos que, atualmente, conta com mais de 30% de quadros com estudos superiores.

Para o desempenho do papel fulcral dos seguros, a materialização do seu potencial de crescimento e a sua preparação para os desafios da atualidade, que anteriormente referi, é indispensável uma classe de mediadores próxima, profissionalizada e atualizada.

▪ Termina esta minha intervenção com a partilha da minha convicção de que *o renovado papel dos seguros no aumento da proteção das famílias e empresas portuguesas* implica continuar no caminho do reforço da confiança no setor segurador.

Quero dizer com isto que a sociedade deve reconhecer efetivamente que o setor segurador é um setor inclusivo e responsável, que garante uma justa e transparente repartição dos resultados das suas atividades com os consumidores, não deixando para trás os mais vulneráveis em razão de várias condições menos favoráveis.

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões continuará atenta aos novos desafios e às transformações, procurando criar um quadro regulatório equilibrado que favoreça *o renovado papel dos seguros no aumento da proteção das famílias e empresas portuguesas* e, simultaneamente, garanta que esta renovação se faz com segurança e de forma sustentável, sem disrupções suscetíveis de pôr em causa a confiança que o setor segurador granjeia em Portugal.

E agora, sim, termino, desejando a todos uma excelente jornada.

Muito obrigada.